



# Anais da Assembleia

N.47

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 1986

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 37.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1986  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e José Antônio Fonseca.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Ailton Cordeiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luis Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Resolução n.

23/86 de sua autoria, que visa dar nova redação ao Art. 1.º e parágrafos da Resolução n. 161/85.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa da votação em REDAÇÃO FINAL do Projeto de Resolução n. 14/86, de autoria do Deputado Anibal Khury.

Sala das Sessões em 20 de maio de 1986.

(a) JORGE MAIA FILHO

Líder do PFL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Gimenez Toledo, ocorrido no dia 15/05/86, no Município de Douradina.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

O extinto, com seu passamento abre uma grande lacuna, não só na comunidade, como junto aos seus familiares, pois tratava-se de um líder político e fundador do Município de Douradina, e era sogro do atual Prefeito Municipal, daquele Município.

Varão de uma tradicional família, onde soube educá-los e encaminhá-los com a firmeza de seu caráter de pessoa simples, porém, honesta e dedicada aos seus afazeres.

REQUER, outrossim, que da manifestação do Poder Legislativo, seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa de seu genro o Senhor Manoel Ribeiro de Oliveira, Prefeito Municipal de Douradina.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamento que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica a douda Mesa, após ouvido o magnânimo Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa de legisferação estadual, votos de pesar pelo falecimento do grande empresário ANTÔNIO TODESCHINI, ocorrido em 14 do corrente mês e ano.

Uma vez aprovado, que se dê ciência à ilustríssima Senhora Odete Todeschini, esposa do falecido, bem como aos seus filhos Mário Antônio Todeschini e João Todeschini

Neto, extensivo a todos os familiares, à Rua Bento Viana, 975, nesta Capital.

Saia das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

É com tristeza que trazemos a este magnânimo Plenário a proposição de inserirmos nos Anais da sessão de hoje, desta Casa, os nossos votos pesarosos pelo falecimento do grande empresário, Senhor Antônio Todeschini, ocorrido infaustamente em 14 do corrente.

O Senhor Antônio Todeschini, nascido nesta Capital no ano de 1916, portanto há setenta anos atrás, casado com a Dona Odete Todeschini, dedicou toda a sua existência às Indústrias Todeschini, que seu pai fundou há mais de 100 anos. Nos seus cinquenta anos à frente da empresa, como seu diretor geral, contribuiu muito para que benefícios sociais incalculáveis fossem gerados, dando emprego a centenas e centenas pessoas, direta e indiretamente, amparando muitas famílias e gerando divisas para o nosso Estado, de grandes proporções.

Este trabalhador, que não tinha hora para o lazer e muitas vezes nem para a família, incansavelmente dedicou sua existência na geração de recursos e técnicas aprimoradas para o desenvolvimento da empresa, muitas das vezes em ação deletéria à sua própria saúde, prova disto é a tristeza geral que tomou conta de funcionários e familiares deste grande paladino da justiça e do trabalho.

Nosso apelo é que seus filhos possam continuar com o mesmo estofo e altruísmo, à frente deste grande grupo privado, criando sempre novos empregos, aumentando nossas divisas e auxiliando o Governo na continuidade ao processo novo do pacote econômico. É a justificativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo prematuro falecimento do Senhor Romeu Dematté, ocorrido em Londrina.

Um dos pioneiros de Londrina, dedicado agricultor, sua morte colheu de surpresa seus familiares e amigos, causando grande consternação, pois era homem inteiramente dedicado ao trabalho. Certamente se o Brasil tivesse o privilégio de contar com alguns homens da expressão de Romeu Dematté jamais enfrentaria qualquer crise de produção e até de abastecimento interno, pois o extinto era um vocacionado para trabalhar e produzir, sem escolher hora o dia para tal.

Curitiba, terça, em 20.05.86.

Seu desaparecimento deixou muita tristeza e dor nos familiares e vasto número de amigos que conviveram com ele ao longo de seus 65 anos.

Esta Assembléia Legislativa não pode deixar de reverenciar a memória de tão ilustre agricultor, que muito ajudou o Paraná com o seu trabalho.

REQUEIRO que da decisão desta Casa de Leis seja comunicado à viúva, dona Enid, aos filhos Romeu e Ramon, noras e netos, à Rua Tupi, 210, em Londrina, rogando que Deus a todos conforte por tão irreparável perda de um homem tão querido e estimado.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação em ata, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor CLARINDO GOMES MENDES, ocorrido no dia 13 de maio de 1986, em casa hospitalar de Maringá. O extinto residia na cidade de Icaraíma. Solicitamos, ainda, seja dada ciência à Câmara Municipal e aos familiares.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

O Senhor CLARINDO GOMES MENDES, era pioneiro de Icaraíma e de tradicional família do município.

O infausto acontecimento veio enlutar não só os seus familiares, como também toda a sociedade icaraimense.

A família Gomes Mendes, muito fizeram colaborando ativamente no desbravamento das matas, no cultivo do solo, no convívio com a sociedade, demonstrando claramente o espírito de pioneirismo e exemplar comportamento junto a todos os seguimentos da sociedade icaraimense. Sua liderança sempre predominou, deixando a todos os seus exemplos de paz, harmonia e compreensão.

E nós, amigos que somos dos familiares, não poderíamos deixar de prestar o nosso voto de profundo pesar à família enlutada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da sessão de hoje, VOTO DE PROFUNDO PESAR pelo falecimento do Senhor MIGUEL CAMARGO PEDROSO, ocorrido dia 16 de maio p.p., em Ibituva.

O extinto era viúvo e deixa os seguintes filhos: Maria Emerendina, viúva do Senhor Odilon de Brito; Miguel Pedroso, ca-

sado com a Senhora Sanina dos Santos; Arionaldo Carlos, casado com a Senhora Regina Emília; Alceu, casado com a Senhora Regina Maria; Miriam Regina, casada com o Senhor Rubens Verges; e Albari Ivan, solteiro, deixa ainda, 20 netos e 10 bisnetos.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão desta Casa à família enlutada, à Rua 7 de Setembro s/n, em Imbituva.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

MIGUEL CAMARGO PEDROSO, nascido em 30 de dezembro de 1982, foi um dos pioneiros no Município de Imbituva.

Foi Vereador por mais de 30 anos, atuando até o dia de seu passamento aos 93 anos, lúcido e em franca atividade.

Como homem público, demonstrou denodo em suas ações e como alicerce de família foi de um exemplo sem par.

A comunidade imbituvense perdeu um grande amigo e um batalhador incontestado pelo amor e carinho dispensado a grande causa: a de elevar esse progressista município, dando ao seu povo alento e uma vida condigna.

Hoje, descansa em paz por saber que seu trabalho inicial terá continuidade por seus descendentes e sua coragem, força e altivez, será lembrada e seguida por muitos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de votos de congratulações ao Doutor Miguel Patiño Cruzatti, Médico Chefe do Centro de Saúde de Marechal Cândido Rondon, pela realização do I.º ENCONTRO DE CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE, acontecido em 27 de abril próximo passado, destacando com isso a importância e o pioneirismo da referida ação.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação dos Senhores Deputados que integram este Poder, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações à Sociedade Rural do Paraná, pela sua corajosa e oportuna luta em defesa dos agricultores paranaenses.

Existe um clima de profundo mal estar entre os agricultores e o Governo da Nova República, provocado pelas decisões recentemente adotadas pelos ministros da área

econômica e que vieram cancelar os benefícios até então concedidos para os produtores.

O presidente da Sociedade Rural do Paraná, Luiz Roberto Neme, merece o respeito, o reconhecimento e o aplauso da Assembléia Legislativa pela firmeza que tem notabilizado suas declarações de defesa intransigente da agricultura de nosso Estado. São homens como Luiz Roberto Neme que engrandecem nossa Pátria e acabam levando, geralmente, o Governo a mudar atitudes que cause danos a um setor tão imprescindível como a agricultura.

Manifestamos o desejo que o Governo volte atrás em sua decisão, para evitar o clima de desconfiança e de desapropriação dos produtores nas autoridades da nova República, caso contrário prejuízos serão imprevisíveis.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao Senhor Luiz Roberto Neme, na Sociedade Rural do Paraná, no Parque Governador Ney Braga, na Avenida Tiradentes, em Londrina.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de congratulações à Federação dos Congregados Marianos da Diocese de Curitiba, pela celebração, no último dia 18 de maio, do dia Nacional do Congregado Mariano.

A comemoração alcançou grande êxito, tendo como destaque principal o debate e a preocupação de todos os católicos na preservação da paz mundial.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao doutor Romão Ruy Titericz, presidente da Federação das Congregações Marianas da Diocese de Curitiba, com votos de que essa entidade, onde militam vasto número de verdadeiros cristãos, continue prestando seus relevantes serviços pela paz no Brasil e no mundo. O endereço para qualquer correspondência desta Assembléia Legislativa é Rua Professor Lindolfo Rocha Pombo, 225, Jardim Social, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições, REQUER, após a manifestação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Colégio Mãe de

Deus, de Londrina, que está comemorando 50 anos de atividades.

Trata-se de um dos mais modernos estabelecimentos de ensino do Paraná, por onde já passaram muito milhares de jovens, que, além dos preparos culturais, foram também preparadas para o aspecto da preservação da moral. Estudam no Colégio Mãe de Deus mais de 1300 alunas, dos mais diversos padrões de vida, inclusive aqueles que não podem pagar, pois a instituição não objetiva fins lucrativos.

O Colégio é mantido pelo Instituto Secular das Irmãs de Maria Schpenstatt, e é hoje orgulho de todos aqueles que têm vínculos com o Norte do Paraná.

Esta Assembléia Legislativa não pode ficar alheia às manifestações jubilosas e festivas pelo aniversário de tão importante colégio que está intimamente ligado à história da fundação e desenvolvimento de Londrina.

Requeiro que a decisão dos Senhores Deputados seja comunicada às irmãs Maria Dorotéia Begiatto, superiora-geral do Instituto Secular das Irmãs de Maria Schoenstatt, e Sônia Maria Blanco, diretora do Colégio, à Avenida São Paulo, 651, em Londrina, com votos de que Cristo Jesus continue abençoando as diretoras, professoras, funcionários, pais e alunas do colégio.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações à Federação das Congregações Marianas da Diocese de Londrina, pela celebração, no último dia 19 de maio, do Dia Nacional do Congregado Mariano.

A entidade é constituída de inúmeros homens de muita fé em Cristo Jesus, e que dedicam suas vidas a praticar o bem e a servir o próximo. Por essa mesma fé eles pregam fervorosamente a preservação da paz no Brasil e no mundo.

Se depender da vontade de um congregado mariano, nunca, em tempo algum, haverá guerra no mundo.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja também comunicada ao presidente da Federação das Congregações Marianas da Diocese de Londrina, Lázaro Antônio Filho, à Caixa Postal, 550, em Londrina, com votos de que a entidade continue ativa, ajudando o Brasil a superar suas dificuldades.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica a douta Mesa, após ouvir o magnificável Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa de legisferação estadual, votos de congratulações ao grande Jornal "CORREIO DE NOTÍCIAS", pelo transcurso de seu segundo aniversário.

São dois anos de trabalho, em que o "CORREIO" vem informando paranaenses de todas as regiões, com profissionalismo, austeridade e competência, graças a uma competente equipe de companheiros. Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Ilustríssimo jornalista Mussa José Assis, digníssimo Redator Chefe, bem como ao jornalista Paulino Viapianna, mui digno editor político, extensivo a todos os funcionários e colaboradores daquele eclético periódico.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente e Senhores Deputados: é com grande satisfação que hoje trazemos à apreciação deste insigne Plenário, os nossos mais sinceros votos de congratulações ao Jornal "CORREIO DE NOTÍCIAS".

Este jornal que nasceu junto com a democracia e que tem se destacado por sua impavidez durante estes dois anos, pelo estofo moral da plêiade de seus jornalistas, escrevendo a "notícia" nos seus momentos mais vibrantes, com uma linguagem polida e inteligente. Sem sensacionalismos medíocres vem informando, arguindo, relatando, cobrando e publicando, com insofismável e peremptória comunicação objetiva, direcionada aos paranaenses.

Nossas congratulações ao "CORREIO DE NOTÍCIAS", por este biênio dedicado integralmente à precípua causa paranista com uma presença marcante. Tem tornado transparente o rebotalho de um regime vencido, tem revelado os sicários dos propósitos da Nova República e tem incentivado os soldados democráticos, que defendem os supremos interesses públicos. É a justificativa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de regozijo ao Jornal "O PARANÁ", ocorrido no dia 15 do mês em curso.

Fundado em 15 de maio de 1976, "O PARANÁ" tem demonstrado ao longo de sua existência, discernimento e independência na divulgação dos fatos que fazem a nossa

história.

Caracterizado pela imparcialidade de seu Diretor, o jornalista EMIR SFAIR, este matutino nos dá exemplos de democracia, merecendo, assim, o respeito e a admiração do povo paranaense.

A direção, funcionários e colaboradores do Jornal "O PARANÁ", pelo que representa para a comunicação do nosso Estado, pede-se ser consignado nos Anais da Casa um voto de regozijo pelo seus 10 anos de trabalho, com os augúrios de contínuos sucessos.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) ERVIN BONKOSKI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Assembleia Legislativa nomeie uma Comissão composta por 3 (três) Deputados para acompanhar a reunião que ora se realiza na OCEPAR com 160 entidades ligadas à agricultura, discutindo as últimas medidas da CMN.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) MÁRIO PEREIRA

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER, envio de telex ao Ministro da justiça, paulo Brossard, solicitando medidas urgentes e enérgicas na elucidação do comentado escândalo dos dólares, envolvendo a importação "fria" de gado boliviano.

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado TELEX ao Excelentíssimo Senhor Paulo Brossard, MD. Ministro da Justiça, encarecendo medidas urgentes na solução do rumoroso caso da "gang dos dólares", em cuja operação no Banco do Brasil foram desviados OITO MILHÕES DE DÓLARES, através de um pedido de importação de gado boliviano.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) FIORI LUIZ

#### JUSTIFICATIVA:

Após um minucioso trabalho de investigação, a Polícia Federal e a Receita Federal, identificaram o autor, ou autores, de um golpe de oito milhões de dólares, através de uma operação cambial contra o Banco do Brasil.

Descobriu-se a figura fictícia de Eleutério D'Avila, mentor e pseudo beneficiário do golpe, que, em 1981, através de

um cadastramento "frio", solicitou um pedido de importação de gado boliviano, devidamente aprovado e liberado pela agência do Banco do Brasil, em Vila Bela, no Mato Grosso.

Diante das evidências, o Ministro da Justiça solicitou e já está de posse de um minucioso relatório sobre o golpe, tendo como figura central o personagem Eleutério D'Avila. Segundo se apurou, estariam ainda envolvidos no desvio dos OITO MILHÕES DE DÓLARES, líderes cooperativista da região Norte do Paraná, advogados, empresários e pecuaristas de Londrina.

Segundo fontes oficiais, estariam ainda envolvidos altos funcionários do Banco do Brasil, quer por omissão ou convivência.

Assim sendo, encarecemos ao Excelentíssimo Senhor Paulo Brossard, homem de reconhecida lisura no trato da coisa pública, que aprofunde as investigações para que os culpados sejam punidos. É o mínimo que se espera do Governo da Nova República.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido do desenvolvimento de estudos no intuito de avaliar as reais possibilidades de se implantar uma escola de primeiro grau no Jardim Primavera, na Municipalidade de Goioerê.

Tanto quanto o problema, tal solicitação é muito antiga. A iniciativa é do Excelentíssimo Senhor Geraldo Gonçalves Torres. Integrante do Poder Legislativo, insistindo no fato que o Jardim Primavera concentra-se expressivo número de moradores, que, em sua maioria, por vezes enfrentam uma série de dificuldades quando desejam freqüentar, a nível de primeiro grau, alguma escola. Ocorre que os educandários situam-se distantes daquele núcleo habitacional, o que representa incontáveis transtornos.

Portanto, claramente vê-se o quanto é imprescindível a construção de uma escola, pelo menos com três salas de aula, resolvendo, assim, o problema ora aludido.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação ofi-

cial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, para que sejam avaliadas as possibilidades de auxílio às escolas pertencentes à rede municipal de ensino de Iretama.

Em suas extensas dimensões territoriais, o Município de Iretama constitui-se, além da sede, de diversas localidades, apresentando inúmeros povoados. Características estas que naturalmente exigem, por parte do Poder Público, uma atenção efetivamente voltada para garantir a melhoria das condições daquela gente.

No âmbito do setor educacional, a Administração do Município, chefiada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Humberto Gomes Martins, coloca-o como prioridade. No entanto, devido ao elevado número de escolas da rede municipal, assim como dos altos investimentos realizados, ainda existe muito por fazer. porém, a participação dessa Fundação, juntamente com essa Pasta, em que pese tratar-se de escolas municipais, é de vital importância.

Dos problemas existentes, destacam-se a falta de carteiras, quadros negro e material didático, notadamente nos educandários situados na zona rural.

Diante da exposição de motivos, conforme apelo do Ilustríssimo Senhor Zenaidio Pereira Mello, Inspetor Municipal de Ensino, aguarda-se todo o respaldo que se fizer necessário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, a destinação de uma mesa apropriada para a realização de exame ginecológico no centro de saúde localizado na Municipalidade de Juranda.

Quando necessitam as mulheres de submeterem-se a exames ginecológicos, notadamente no que diz respeito a prevenção contra o câncer, as mesmas têm que se deslocar até Campo Mourão. Tal situação prende-se ao fato de que o centro de Juranda, em que pese os esforços de seus profissionais, não pode realizar este tipo de atendimento.

Baseando-se em proposição apresentada pela Excelentíssima Senhora Maria Zeni Prestes Messias, Vereadora daquela progressista cidade, o objetivo do presente requerimento é no sentido de que essa Pas-

Curitiba, terça, em 20.05.86.

ta, mediante suas possibilidades, atenda o que alude esta solicitação.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando ampliar as instalações da Escola Estadual Dom Pedro II - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Janiópolis.

A iniciativa é da Ilustríssima Senhora Sônia Lúcia Albuquerque. Diretora daquele conceituado estabelecimento de ensino de Janiópolis, profundamente preocupada com as causas educacionais, está a reivindicar, de modo insistente, que a Escola Estadual Dom Pedro II seja ampliada. Suas instalações, nos dias de hoje, não comportam satisfatoriamente as 18 turmas, distribuídas em apenas 4 salas de aula.

Pelo exposto, em se tratando de uma justa postulação que essa Secretaria, em sua dotação orçamentária inclua o citado educandário na realização de futuras obras, a construção de pelo menos duas novas salas de aula; caso contrário, além da situação existente, por certo que vários outros transtornos ocorrerão, em prejuízo à educação, como também ressalta o Excelentíssimo Senhor Neurides Valber Brero, Chefe do Poder Público de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, encarecendo a instalação de um posto telefônico na localidade de Pensamento, pertencente à Municipalidade de Mamborê.

Dentro da preocupação em oferecer, mediante medidas concretas, a melhoria das condições de vida do povo Mamboreense, o Poder Público daquele município tem pautado-se por uma atuação voltada para o social. De acordo com esta filosofia de trabalho naturalmente que as localidades situadas fora do perímetro urbano da sede, têm recebido atenção especial.

Entretanto, muito ainda está por fazer. No que se refere à localidade de Pensamento a mesma, contando com expressivo contingente populacional, está privada de qualquer tipo de comunicação de uso públi-

co. A solução, no que deverá contar com o apoio dessa companhia, e a instalação de um posto telefônico.

Neste sentido, espera-se o pronto atendimento da aludida reivindicação, posto tratar-se de uma justa aspiração, pleiteada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Ivo Brunetta.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando cópia do Processo 18/85, referente ao Colégio Estadual Rio Branco, para análise do que nele consta.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) IVAN GUBERT

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação deve-se à necessidade do requerente se inteirar dos fatos do processo acima, tendo em vista que ainda não se tem conhecimento das conclusões a que se chegou, relativamente aos fatos apurados no contido processo.

Por outro lado, o requerente tem sido cobrado pela comunidade, acerca das conclusões do processo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Gilberto Geraldo Garbi, mui digno Diretor Presidente da Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de estudar viabilidades para instalação de um telefone público "orelhão", na Vila Arco no Município e Comarca de Ubiratã, cito em frente da máquina de arroz, situada na Avenida Principal daquela localidade.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR

#### JUSTIFICATIVA:

A Vila Arco, no Município e Comarca de Ubiratã, é uma localidade muito habitada e de muito progresso. Seu solo fértil e produtivo, atraiu muitos colonos vindos das mais diversas regiões do Estado e do Brasil em busca de dias melhores para seus familiares.

Após desbravarem o sertão, transformaram Vila Arco, em uma rica e acolhedora localidade do Município de Ubiratã. Hoje, solicitam das autoridades constituídas, uma pequena e insignificante parcela, pelo

muito que já depositaram aos cofres públicos do Município, do Estado e do Brasil, com recolhimento de taxas e impostos.

E, como estamos vivendo na era das comunicações, Vila Arco também quer e tem o direito de comunicar-se através do mais rápido e eficiente veículo de comunicações; O telefone.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Senhora Gilda Poli Rocha Loures, Mui Digna Secretária de Estado da Educação, no sentido de estudar viabilidades para construir duas salas de aula, na Escola Estadual - Rural Santo Inácio, localizada na Colônia Santo Inácio, no Município e Comarca de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR

#### JUSTIFICATIVA:

A construção das duas salas de aulas que solicitamos, é de vital importância, tendo em vista a Escola lá existente, encontra-se em péssimas condições de uso, em virtude do prédio ser de madeira e muito velho, encontra-se bastante danificado, sujeito a ocasionar desmoronamento a qualquer momento o que exige urgência no atendimento.

A localidade denominada colônia Santo Inácio, é uma populosa região onde se concentram inúmeras famílias de colonos minifundiários que exploram a terra e produzem os mais variados tipos de produtos agrícolas, que contribuem muito no desenvolvimento de Ubiratã.

Uma das principais metas do PMDB, é, e continua sendo; educação, saúde, justiça e saneamento básico para todos, e nós queremos ver, toda a população em idade escolar, freqüentando um banco de escola, por mais humilde que seja, para que não sintamos cúmplices do analfabetismo do amanhã. E, investir na criança, é investir no amanhã. Para que isso seja uma realidade, precisamos dar condições a eles, construindo prédios escolares, onde a criança do campo sintam-se feliz e tenha entusiasmo de estudar. Em uma escola rural, sim, mas uma escola bonita e acolhedora, onde também os professores sintam-se mais responsáveis e transmitirão aos alunos mais confiança em seu amanhã.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Senhora Gilda Poli Ro-



cha Loures, Mui Digna Secretária de Estado da Educação, no sentido de estudar viabilidade para construir uma Cancha Polivalente, nas proximidades da Escola Estadual Rural Santo Inácio, no povoado denominado Santo Inácio, no Município e Comarca de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

A construção de uma Cancha Polivalente nas proximidades da Escola Santo Inácio, não significa apenas mais uma obra realizada, significa sim, a integração da educação, cultura, saúde e esporte, sem levarmos em conta, a quem estaremos oferecendo estas oportunidades: Ao homem do campo, que normalmente são esquecidos destas oportunidades. Uma Cancha Polivalente na zona rural, significa muito, pois, dela poderá nascer um grande atleta, um bom professor de educação física ou qualquer outro bom profissional que poderá dar muitas glórias e alegrias representando o Município, o Estado e o Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhada correspondência ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, pedindo seja concedida anistia total dos débitos das Prefeituras Municipais para com a Previdência Social e que as Prefeituras Municipais sejam isentadas do recolhimento ao IAPAS da contribuição patronal, mantendo-se as parcelas relativas ao recolhimento do funcionalismo municipal.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A situação de penúria financeira a que foram conduzidas as Prefeituras Municipais de todo o Brasil, através de uma política centralizadora do Governo Federal, ao longo dos últimos vinte anos, impede sistematicamente que as municipalidades exerçam seu papel de base do desenvolvimento econômico e social da Nação. As pendências municipais para com o IAPAS datam de muitos anos, avolumando-se a ponto de estrangular as finanças já combatidas do município. Desta forma, como preito de justiça para quem tanto contribuiu para levar nosso País ao concerto das grandes Nações desenvolvidas, pede-se em caráter excepcional a anistia dos débitos, assim como a isenção do pagamento relativo à contribuição patronal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa do editorial, de jornalista Roberto Barrozo Filho, publicado na edição do dia 16 de maio deste ano no "Jornal do Estado".

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) NELSON BUFFARA

JUSTIFICATIVA:

O editorialista destaca o ato do Governador João Elísio que ao assumir o cargo convidou para exercer as funções de Secretário particular, o Dr. João Ferraz Campos. Assevera ser "gesto nobre de filho que publicamente demonstra a identidade de sentimentos e de formação filiais, exterioriza, sobretudo, a ética de comportamento que o Governador pretende manter na elevada investidura, com a presença próxima, diuturna, permanente e aconselhadora, do seu ilustre e estimado pai". Tal atitude recebeu irrestrito apoio do Litoral paranaense, que temos a honra de representar nesta Casa, pois o trabalho do Dr. João Ferraz Campos em prol da região litorânea foi dos mais produtivos e tem o reconhecimento de todos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 111/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º - Ficam obrigados ao registro, junto à Secretaria de Segurança Pública, as oficinas mecânicas que procedam ao desmanche de veículos novos ou usados para revenda de peças ou os estabelecimentos comerciais assemelhados.

Parágrafo Único - O registro de que trata este artigo, será efetuado na Capital junto à Secretaria de Segurança Pública, e nos municípios juntos às Delegacias de Polícia.

Art. 2.º - O registro dos estabelecimentos comerciais de que trata esta lei, será feito mediante a exibição e depósito do contrato social, bem como do rol integral dos empregados e ajudantes a eles vinculados, em caráter permanente ou eventual.

Parágrafo Único - Sempre que ocorrer qualquer alteração no quadro de empregados e responsável pelo estabelecimento deverá fazer comunicação à autoridade competente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.



Art. 3.<sup>o</sup> - Após o deferimento do registro dos estabelecimentos de que trata esta lei, junto ao órgão competente da Secretaria de Segurança Pública, será entregue ao interessado documento padronizado e numerado comprobatório do registro.

Art. 4.<sup>o</sup> - Os estabelecimentos a que se refere esta lei, deverão encaminhar semanalmente às repartições respectivas da Secretaria de Segurança rol dos veículos submetidos a desmanche, com indicação exata da numeração da placa, do motor e do chassis, bem como nome e qualificação completa dos respectivos proprietários, além de encaminhar comprovante da documentação dos veículos para fins de baixa junto ao Detran.

Parágrafo Único - As autoridades competentes julgando conveniente poderão solicitar outros elementos de informação além dos mencionados neste artigo.

Art. 5.<sup>o</sup> - As infrações de qualquer dispositivos desta lei, sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, serão aplicadas as penalidades de multa, entre 10 e 100 M.V.R. (Maior Valor Referência) vigente, ou de cassação do registro.

Art. 6.<sup>o</sup> - A Secretaria de Segurança Pública através de resolução a ser baixada 30 (trinta) dias após a publicação desta lei, estabelecerá as demais normas reguladoras para a aplicação desta lei.

Art. 7.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Atualmente, nas grandes cidades, o comércio de sucata e peças usadas de veículos automotores vem tendo um desenvolvimento dos mais acentuados. Este desenvolvimento acelerado ocasiona um entrave para que o controle, com relação a comercialização de sucatas e sobras de peças inservíveis seja efetivado em moldes a impossibilitar os ilícitos que são cometidos principalmente, os ligados com o furto de veículos.

Com a adoção da medida que ora propomos à consideração dos nobres Pares, por certo haverá uma diminuição na prática de furtos de veículos destinados ao Comércio de sucata e peças usadas.

Idênticas medidas como estas vêm sendo adotadas em outras unidades da Federação brasileira visando assim assegurar maior tranquilidade à nossa população com relação a estes delitos, tão acentuados ho-

diernamente nas grandes metrópoles.

#### PROJETO DE LEI N. 112/86

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica declarado de Utilidade Pública a Fundação Educacional Pestalozzi, com sede e foro no Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro no Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa, está devidamente registrada no cartório competente desde 12 de setembro de 1967, em plena atividade e sem fins lucrativos, conforme determina o seu estatuto, tem por objetivo a prática da solidariedade humana, como dever e reverência pela vida, propugnando, incansavelmente, pela formação moral, cívica, cultural e religiosa da família, especialmente da infância e juventude, sem distinção ou discriminação de espécie alguma.

Portanto, submetemos o presente projeto de lei à apreciação de nossos Pares, solicitando afinal a sua aprovação.

#### REQUERIMENTO

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica efetivado, no Quadro de Pessoal do Estado do Paraná, como funcionário enquadrado no Estatuto do Servidor Público Civil e Militar, aquele que tenha sido contratado sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2.<sup>o</sup> - O enquadramento como funcionário estatutário se dará quando o celetista haja completado um ano de prestação de serviços, a partir da data de sua contratação.

Art. 3.<sup>o</sup> - O enquadramento será feito na carreira e no nível respectivos, salvo exceções previstas na regulamentação desta lei com a garantia de proventos,

vantagens, regalias e promoções a que tem direito o funcionário estatutário.

Art. 4.º - Esta lei terá de ser regulamentada pelo Poder Executivo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de sua aprovação.

Art. 5.º - As despesas correrão por conta da dotação para Pessoal estabelecida na lei Orçamentária do Estado.

Art. 6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR

Apoio: Mário Pereira, José Antônio Fonseca, Nelson Vasconcellos, Ivan Gubert e Nilso Sguarezi.

# PROJETO DE LEI N. 114/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º - A sede de Comarca criada deverá ser escolhida obrigatoriamente, dentre os Municípios pertinentes, pelos seguintes critérios:

I - maior número de habitantes; e,

II - maior arrecadação tributária no exercício fiscal anterior.

Art. 2.º - Os dados referidos nos incisos do artigo anterior deverão ser os estabelecidos por órgãos oficiais competentes.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Apoio: Acir Mezzadri, Djalma de Almeida César, Ivan Gubert e Jorge Maia Filho.

## JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa excluir, principalmente com o intuito de aprimoramento institucional, a utilização de critérios aleatórios quando da escolha da sede de Comarcas recém-criadas.

É injustificável que um Estado que pretende atingir um lugar de destaque no cenário nacional, não estabeleça rígidos critérios de escolha, como o trazido, permitindo que haja toda forma de disfunção dos ditames de bom senso administrativo, juntamente com as conotações que, obrigatoriamente, decorrem deste posicionamento.

Há que se adotar, portanto, um direcionamento que tenha como fatores intrínsecos o aprimoramento do nível de consciência institucional, sob os aspectos de criticidade e da radicalidade, bem como a prova concludente do senso de justiça social no trato da coisa pública.

Conquanto a medida ora proposta possa ser passível de discussão, até pela busca de sua otimização e de seu melhor sentido, não encontra, de outro lado, impedimento de ordem constitucional, de vez que estabelece critérios normativos técnicos na referida escolha, e não a modificação de lei ou ato existente.

Assim sendo, esperamos o apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa um requerimento solicitando envio de telex ao Ministro da Justiça, Excelentíssimo Senhor Paulo Brossard, solicitando a elucidação do caso da "Gang de Dólares", envolvendo figuras ilustres de Londrina, através de uma operação fria do Banco do Brasil para importação de gado boliviano.

O Jornal "O Furo", de Londrina, traz a matéria: "Golpe pode chegar a 30 (trinta) milhões de dólares. Gang dos dólares está identificada". Diz o seguinte a matéria: "Num exaustivo trabalho de investigação e levantamentos, a Polícia Federal e a Receita Federal estão a um passo da identificação da figura fictícia de Eleutério D'Ávila, mentor e beneficiário de um golpe de oito milhões de dólares, através operação cambial contra o Banco do Brasil, envolvendo apenas uma das agências da instituição creditícia oficial. Acreditam as autoridades que se empenham em esclarecer toda a trama, que o montante possa atingir cifra superior a 30 milhões, já que o "modus operandi" da máfia poderá ter desdobramentos e ocorrido em outras agências da rede do Banco do Brasil".

O Jornal de Londrina "denunciou o golpe ocorrido em 1981, através de um cadastre "frio" em nome de Eleutério D'Ávila - uma figura fictícia - que rendeu ao grupo na primeira operação o montante de oito milhões de dólares, face ao processamento de um pedido de importação de gado boliviano, devidamente aprovado e liberado para a Agência do Banco em Vila Bela, antiga Capital de Mato Grosso, quase na divisa com a Bolívia".

"A logística operacional que ensejou novos crimes, como o contrabando de material de construção carreado para a Bolívia, na troca por bois, envolve "gente ilustre de Londrina", até então intocáveis, mas efetivamente verdadeiros "gangsters de colarinho branco".

Na outra página, o jornal traz o seguinte: "O Ministro da Justiça Paulo Brossard, já está na posse de minucioso relatório e complexo "dossier" sobre a "gang dos dólares" e atividades criminais de seus integrantes, tendo como figura central o personagem Eleutério D'Ávila, líderes cooperativistas da região do Norte do Paraná, pecuaristas, advogados e empresários Londrina".

Portanto, estamos encaminhando, Senhor Presidente, esse requerimento, esse telex ao Ministro da Justiça, pedindo que o caso seja apurado para que os culpados sejam punidos. Afinal de contas, houve o desvio de oito milhões de dólares de uma instituição oficial que é o Banco do Brasil, o gado não foi importado e o dinheiro teria sido dividido entre os sete ou oito integrantes de "gang", personagens ilustres, personagens de uma posição financeira destacada em Londrina, e estão envolvidos, inclusive, altos funcionários do Banco do Brasil. E dizem, inclusive, de um diretor do Banco do Brasil, em Brasília, que teria tido a participação, ou por comissão, ou por conivência.

Então, já que neste País a Polícia só sabe prender o que rouba para comer, nós ficamos esperando que o Ministro Paulo Brossard, uma figura de uma lisura irrepreensível no trato da coisa pública, que agilize; ele está de posse "dossier", do levantamento, do relatório da Receita Federal e também, da Polícia Federal. O que nós podemos exigir dos homens da "Nova República" é que apurem esse escândalo dos dólares, envolvendo pessoas ilustres de Londrina, cujo golpe junto ao Banco do Brasil chega numa primeira fase a oito milhões de dólares.

Em Londrina, nas rodas, nas esquinas, no calçadão, ários nomes são eventados de pessoas que estariam envolvidas, grandes empresários, advogados, pecuaristas, latifundiários que aproveitam a comissão, a conivência de funcionários categorizados do Banco do Brasil para perpetrar este golpe de oito milhões de dólares.

Estamos exigindo do Governo da "Nova República" que apure todo o caso, Senhor Presidente.

Muito Obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao Orador inscrito, Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta Tribuna, Sr. Presidente, para solicitar que a Assembléia nomeie uma Comissão de três Srs. Deputados, para acompanhar a reunião que está sendo realizada neste momento, na OCEPAR, aqui próximo da Assembléia Legislativa, com 160 entidades rurais do Paraná, entre sindicatos e cooperativistas, com a finalidade de se posicionar com relação às medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional, com referência ao custeio agrícola.

Acho que é importante, Sr. Presidente, a Assembléia acompanhar, para poder se posicionar, em função de que o desestímulo é muito grande, nas regiões produtoras.

Eu, em contato com a Gerência do Banco do Brasil, a semana passada, em Cascavel, antes das últimas medidas do Conselho Monetário Nacional que reduziram os níveis de financiamentos de, 80 para 40%, pude constatar que, haviam, na Agência do Banco do Brasil, de Cascavel, aproximadamente mil pedidos de financiamento; haviam sido atendidos, trezentos e dois pedidos de financiamentos, e aproximadamente, setecentos pedidos estavam aguardando liberação; dos trezentos e dois financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil a juros de 6% ao ano, que agora passaram para dez na sua grande maioria foram a grandes produtores, porque são exatamente estes que, mais organizados, com maior estrutura, possuindo, nas suas empresas, contadores, enfim, pessoal técnico, puderam agilizar a documentação necessária em um espaço de tempo menor do que os pequenos, e conseguiram, desses trezentos e dois, mais de duzentos - assim me informou o Banco do Brasil - foram concedidos a grandes produtores. E exatamente os pequenos produtores é que estavam nos setecentos pedidos de financiamentos, encalhados no Banco do Brasil, sem conseguir recursos. Muitos desses financiamentos solicitados em função de que o prazo de plantio recomendado pelas instituições técnicas como o IAPAR, terminam no dia 30 de maio, já haviam iniciado o plantio, comprado as sementes, comprado os insumos, assumido compromissos que, com o financiamento a níveis de 40% não terão possibilidade sequer de pagar, no vencimento, os compromissos assumidos.

Portanto, foram medidas que trazem a desestabilização do setor agrícola no Paraná, medidas tomadas próximas do final da época do plantio, e que a Assembléia, portanto, deverá, na minha opinião, Senhor Presidente, acompanhar, porque traz gravíssimo prejuízo à economia paranaense.

Portanto, fica a minha solicitação, o meu requerimento, que, Vossa Excelência, nomeie três Senhores Deputados para acompanharem, em nome da Assembléia, essa

nião que está se realizando na OCEPAR, neste momento.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar, inscrito.

O SR. EDILSON ALENCAR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lendo justificativa do projeto de Lei n. 113/86, encaminhado à Mesa durante o expediente):

Pesa sobre a administração pública em geral o ônus do descrédito popular, porque considerada máquina emperrada, a mover-se com irritante lentidão. E o servidor assumiu a figura do burocrata insensível, apegado às leis e aos regulamentos obsoletos, um autômato a repetir sempre os mesmos despachos e pareceres, por isonomia, e fazendo os processos andarem de gaveta, em gavia, na consumação do tempo, sem importar-se com os dramas humanos que muitos deles englobam no seu bojo.

Esse quadro era uma realidade, desde o Brasil - Colônia. Acontece, entretanto, que a administração pública virou ciência, dinamizou-se, oxigenou-se, imbuíu-se de novos princípios, conscientizou-se da sua função, de instrumento para o atendimento das necessidades da comunidade a que serve, a simplificação dos serviços, o controle e a rapidez no encaminhamento dos processos, a fiscalização mais rigorosa e mais racional na aplicação dos recursos financeiros e outras inovações estão transformando o Estado, como pessoa de Direito Público, numa empresa atuante e desembaraçada.

O fator humano é preponderante no arejamento da mentalidade burocrática e no desemperramento da máquina administrativa. Cada funcionário, seja qual for o setor em que esteja operando, representa um elo da corrente, uma das molas que ajudam a máquina a movimentar-se. As repartições, regras gerais, se instalam, hoje em dia, em salas higiênicas, ventiladas, bem iluminadas, abandonados que foram os partideiros infectos, bolorentos, de ar quase irrespirável, com armários desmantelados e pilhas de processos servindo de pasto às traças e às baratas. Tudo mudou, e mudou para melhor, satisfazendo o grande público.

A revolução administrativa não conseguiu revolucionar, porém, a política, de pessoal. Queremos dizer, não conseguiu fazer com que o Quadro de Pessoal se adaptasse realmente à nova realidade. As modernastécnicas exigem novos cargos técnicos até então não sonhados, como, por exemplo, no caso da computarização dos serviços, do maior dimensionamento das

Curitiba, terça, em 20.05.86.

áreas de ação, do conhecimento perfeito das novas tarefas implantadas. Surgiu, pois, a contratação multiplicada de gente capaz e idônea, para o preenchimento dos cargos surgidos, sob pena da máquina administrativa enferrujar e corroer-se.

O Serviço Público passou a contar, desse modo, com funcionários em situação diversa para o mesmo tipo de tarefas, numa só repartição. Temos o funcionário estatutário, com direitos e obrigações previstos no Estatuto do Servidor Público, e temos o celetista isto é, aquele admitido segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho, vigente para a empresa privada. O primeiro é efetivado, e só pode ser demitido mediante inquérito administrativo, em que seja apurada a sua responsabilidade em irregularidade grave. O celetista, com os direitos e obrigações previstos na C.L.T., é demissível a qualquer momento, com ou sem justa causa, mediante o recebimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o que não satisfaz em absoluto.

Quem trabalha, anela por estabilidade no emprego. Precisa ter a certeza de que está garantido, ininterruptamente, o sustento da sua família, pelo tempo afora. Não pode ficar permanentemente com a espada Dâmoicles sobre a cabeça, podendo ser demitido a qualquer momento, mesmo depois de haver servido o Estado durante dez, quinze, vinte anos consecutivos. Não é justo nem humano, mormente quando o nosso mercado é tão restrito, e pessoa, de idade já adiantada, dificilmente será novamente empregada.

O Governo da União se mostrou sensível a esse agudo problema social, e está providenciando, para muito em breve, a regulamentação, por uma legislação única, dos 535 mil servidores públicos da administração direta e autárquica, visando "eliminar as diferenças existentes entre os contratados pela CLT e pelo Estatuto do Funcionário Público Federal", com estabelecimento de critérios e de promoção também para os atuais celetistas.

Ora o Estado do Paraná deve acompanhar os passos da União, ainda mais porque a efetivação definitiva do celetista não representa aumento de despesas para o Erário Público. O celetista já está trabalhando, e ganhando salário, de sorte que a sua efetivação não quererá dizer sobrecarga na folha de pessoal.

A nosso ver, deve levar-se em conta, para a efetivação, o tempo mínimo de um ano de serviço, período em que o celetista comprovou a sua aptidão para o exercício do cargo que ocupa.

A unificação das categorias profissionais, e igual oportunidade de acesso na carreira, acarretam maior estímulo e maior devotamento, com a preocupação do

progressivo aperfeiçoamento técnico-profissional, através da frequência de cursos de especialização.

No intuito de reparar a situação de injustiça, hoje plantada, e no de despertar maior interesse na melhoria do Serviço Público, tomamos a iniciativa de encaminhar à consideração desta Casa um projeto de lei destinado a equiparar o celetista com o funcionário estatutário, certo de que não estamos infringindo disposições constitucionais, por não haver aumento de despesas, no concernente do Quadro de Pessoal, então ampliado. É nossa preocupação sanar a injustiça do tratamento diferenciado do pessoal, a trazer segurança e tranqüilidade ao pai ou à mãe da família, a fim de que, em novo clima, possam dar o melhor de si em prol da causa da coletividade paranaense.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) No Horário das Lideranças, consulto o PMDB se fará uso do seu horário. (Declinado) - Havendo declinado, consulto o PFL. (Declinado) - Havendo declinado, consulto o PDT. (Declinado) - Havendo declinado, consulto o PDS. (Declinado) - Havendo declinado, consulto o PCB.

Com a palavra o senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Somente para registrar nosso apoioamento à sugestão do Deputado Mário Pereira: que a Assembléia instale uma comissão, para que ainda nesta tarde, participe da reunião que se realiza para discutir do problema relativo ao crédito de custeio e a problemática agrícola no Paraná.

Nós do PCB temos certeza em apoiar reivindicação justa que atenda à necessidade, não só do setor agrícola, do setor empresarial de pequenos, médios e grandes proprietários rurais paranaenses, mas que tem também por vistas defender o interesse de toda população paranaense.

E aproveitamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para apelar para que o setor empresarial paranaense, não só rural, também urbano da área do comércio e da indústria, reflita melhor no seu posicionamento que vem adotando nos últimos dias, em relação ao projeto de lei que está na Ordem do Dia do Congresso Nacional, de autoria do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o DIAP, e que foi assinado por todas as lideranças partidárias progressistas com assento no Congresso Nacional, inclusive pela própria Liderança do PMDB, Deputado Pimenta da Veiga.

O projeto de lei que hoje, inclusive,

está em primeira votação no Congresso Nacional, diz a respeito da estabilidade no emprego e nós temos conhecimento. Hoje, a própria "Gazeta do Povo" registra, que setores empresariais do Paraná vêm pressionando a bancada paranaense na Câmara Federal de todos os partidos, no sentido de não aprovar o projeto de lei que estabelece a estabilidade no emprego aos trabalhadores brasileiros.

Visão tacanha daqueles setores empresariais que ainda imaginam ou argumentam que estabilidade no emprego seja elemento nocivo ao desenvolvimento nacional. Argumentam com base na ineficácia, esse é o eixo da sua argumentação. É o caso de se perguntar: ineficácia para quem? Na medida em o País enfrenta cada dia mais a necessidade de se estabelecer um novo tipo de relacionamento entre capital e trabalho, é fundamental que se restabeleçam alguns dos direitos fundamentais da classe trabalhadora brasileira, dentre os quais a estabilidade no emprego.

Ao mesmo tempo em que nos solidarizamos com a luta do empresariado rural paranaense, na tentativa de reformular as decisões da política agrícola recentemente adotada e coerente com esta posição, alertamos e solicitamos aos empresários paranaenses, que revejam a sua posição, porque nem mesmo a conquista dos seus interesses imediatos, no tocante ao crédito agrícola, será conquistado sem contar com o apoio da população paranaense, inclusive da classe trabalhadora.

Já foi o tempo em que neste País se decidia nos gabinetes os interesses dos empresários. Hoje os empresários têm que contar, e têm que dialogar, com os setores das classes trabalhadoras.

É evidente que a política agrícola paranaense sofre um duro revés se o Governo Federal não rever as recentes decisões, como também sofrerá um duro revés, não somente a classe trabalhadora, mas também a sociedade brasileira, se o projeto de lei que hoje passa em primeira votação no Congresso Nacional, restabelecendo o direito da estabilidade no emprego, não tiver a necessária aprovação, inclusive pelos votos dos deputados federais do Paraná, de quaisquer partidos.

Nesse teor, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu solicito a transcrição nos Anais da Casa, de artigo publicado na página três da "Folha de São Paulo" deste domingo de autoria do Sr. Érico Luiz Correia, ex-Deputado pelo Partido Comunista Brasileiro, ex-dirigente da Central Geral dos Trabalhadores, e hoje dirigente do Partido Comunista Brasileiro, na Comissão Diretora Nacional, do seu artigo "Estabilidade Melhora Condições de Trabalho".

Foi a página de domingo da "Folha de

São Paulo", como também a de sábado, foi dedicada à discussão deste projeto de lei, da estabilidade, de retorno da estabilidade com posições contrárias e a favor e evidentemente eu peço aqui a transcrição do artigo que defende a estabilidade do emprego.

Há, inclusive, uma farta documentação na Imprensa Nacional, mostrando que a estabilidade no emprego, nos países desenvolvidos ou mesmo nos em desenvolvimento, do campo socialista ou do campo capitalista, têm hoje a estabilidade no emprego sob várias formas, como uma conquista, não só das classes trabalhadoras, mas da sua sociedade. É inadmissível que o País passe este ano de 1986 sem se restabelecer esse direito, conspurcado pela ditadura militar de 1964.

Neste sentido, renovo o apoio à sugestão do Deputado Mário Pereira, da indicação da Comissão de Deputados. Lamentavelmente, eu gostaria de fazer parte dessa Comissão, estava programado para à noite, fazer parte dessa reunião, mas fiquei sabendo que a reunião está se realizando agora à tarde.

Por esse motivo, o apoio à sugestão do deputado Mário Pereira, alerta que a classe empresarial amplie o seu leque de entendimento na questão social que se vive hoje, e também estabeleça as alianças necessárias com os demais segmentos sociais, como no concreto aqui, deixando de lutar contra a aprovação da lei da estabilidade no Congresso Nacional.

Muito Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Consulta à Liderança do PTB. (Declina).

Consulta à Liderança do PL. (Ausente).

Passamos à  
ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 14/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o § 9.<sup>o</sup>, do Artigo 14 do Regimento Interno. (§ 9.<sup>o</sup> - O Deputado licenciado para tratamento de saúde não sofrerá prejuízo em sua remuneração). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO EXECUTIVA, em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado..

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 03/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Antonio Esmeraldino Neto. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n. 07/86, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Reserva o imóvel de propriedade do Estado, constituído pelo lote de terreno do Quadro Urbano da Cidade de Reserva, com área total de 1.475,002 (Um mil, quatrocentos e setenta e cinco metros quadrados), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n. 09/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que declara de Utilidade Pública a CÂMARA JÚNIOR DE PATO BRANCO - CAJUBRAN, com sede e foro no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 17/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 24/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo permutar o lote de terras n. 3, com área de 22.872,00m<sup>2</sup> de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição do Cartório do 2.<sup>o</sup> Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Arapongas, pelo lote de terras n. 186-ABCD/187-A-2, com área de 30.067m<sup>2</sup>. de propriedade da MOVAL, conforme registro do mesmo Ofício de Registro de Imóveis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n. 08/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE IDOSOS, com sede e foro no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. noo DA. 05/86, de 03.03.86)

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de lei n. 10/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que declara de Utilidade Pública a

LOJA MAÇÔNICA CAVALHEIROS DA ARTE REAL, com sede e foro nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. 05/86, de 03.03.86)

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 25/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dispõe que o servidor inativo do Estado que tenha exercido ou venha a exercer, após aposentado, cargo em comissão por um período mínimo de 03 (três) anos consecutivos ou 05 (cinco) anos alternados, terá seus proventos de inatividade revistos, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA 08/86, de 06.03.86).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N. 25/86

##### P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o presente projeto de lei tem por finalidade dispor que o servidor inativo do Estado que tenha exercido ou venha exercer, após aposentado, cargo em comissão por um período mínimo de 03 (três) anos consecutivos ou 05 (cinco) alternados, terá os proventos de inatividade revistos, tendo como base o cargo de maior símbolo desde que exercido por um período não inferior a 1 ano.

Como se pode notar da própria justificativa, a medida é revistida de inegável mérito, pois visa, antes de mais nada, o atendimento ao princípio constitucional da isonomia, pois o benefício ora proposto já é concebido aos funcionários em atividade que ao se aposentarem têm seus proventos fixados com as vantagens do cargo em comissão ou função gratificada do nível mais elevado.

Se bem que o § 1º do Artigo 25 da Constituição do Estado, arrole a iniciativa do projeto de lei em questão entre aquelas que são de competência exclusiva do Poder Executivo, é entendimento pacífico já confirmado pela abundância de precedentes, que a sanção governamental sana o eventual vício de origem, não havendo, portanto, sob este aspecto, óbice a antepor.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01/04/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente e Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PROJETO DE LEI 25/86

##### P A R E C E R:

O presente projeto de autoria do Deputado Anibal Khury, dispõe que o servidor inato que tenha ou venha exercer Cargo em Comissão por um período de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) alternados, terá seus proventos de inatividade revistos, na for que especifica.

A matéria foi devidamente analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro objeto de análise desta Comissão não encontramos nenhum óbice que possa impedir sua tramitação pelos demais Órgãos desta Casa.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08/04/86.

(aa) ERVIN BONKOSKI

PRESIDENTE

HOMERO OGUIDO

Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 19/86, (Mensagem n. 29/86 Ex-Proposição n. 46/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com os Municípios que especifica, objetivando fomentar a cafeicultura das municipalidades através da produção, embalagem e distribuição de muda de variedades de café selecionadas genética e sanitariamente. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 20/86, (Mensagem n. 34/86 Ex-Proposição n. 50/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o Convênio celebrado em 18/10/85 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, e o Ministério da Agricultura, visando a operacionalização do Programa de Incentivo à produção, Comércio e Distribuição de Sementes Selecionadas para o Pequeno Agricultor, a nível estadual. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 21/86, (Mensagem n. 37/86 Ex-Proposição n. 53/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova segundo termo aditivo, firmado em 12/12/85, ao Convênio celebrado em 28/11/84 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, e o Ministério da Agricultura, objetivando a continuidade de combate, prevenção e erradicação do bicudo do algodoeiro no Paraná. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 22/86, (Ofício n.534/85 T.C. - Ex-Proposição n. 150/85), oriundo do PARECER APROVA-



DO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova as contas do Governo do Estado, relativas ao exercício financeiro de 1984. Aprovado.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 22/86

Art. 1º - Ficam aprovadas as Contas do Governo do Estado relativas ao Exercício Financeiro de 1984.

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24/04/86.

(aa) TRAJANO BASTOS

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PARECER À PROPOSIÇÃO N. 150/85

A presente proposição origina-se do Of. n. 534/85, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que encaminha a esta Casa de Leis o Parecer Prévio emitido sobre as Contas do Governo do Estado, relativas ao exercício financeiro de 1984.

Cumpra, desta forma, aquele Egrégio Tribul, disposição constitucional, oferecendo a esta Assembléia Legislativa um valioso conjunto de análises e conceitos que permitirão o estabelecimento de uma posição clara e bem determinada sobre o assunto.

Conforme as Considerações Finais do Relatório do Tribunal de Contas, "Os resultados alcançados pela Administração Pública Estadual durante o exercício financeiro de 1984, cuja avaliação final pode ser interpretada através da efetiva realização de programas governamentais, dentro de ajustamentos de gastos às normas de controle e racionalidade, evidenciando acima de tudo, eficiência na gerência dos recursos orçamentários e eficácia da ação do Governo na consecução dos seus objetivos mais elevados".

Finalizando, o Parecer Prévio manifesta-se pela aprovação das Contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná referentes ao exercício financeiro de 1984.

Concordando tal manifestação, esta Comissão de Tomada de Contas conclui favoravelmente, opinando pela aprovação daquelas Contas, na forma do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 24/04/86.

(aa) TRAJANO BASTOS

Curitiba, terça, em 20.05.86.

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Gimenez Toledo, ocorrido no dia 15 de maio do corrente ano, no município de Douradina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Todeschini, ocorrido no dia 14 de maio do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Romeu Dematte, ocorrido no município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Clarindo Gomes Mendes, ocorrido no dia 13 de maio do corrente ano, no município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Miguel Camargo Pedroso, ocorrido no dia 16 de maio do corrente ano, no município de Imbituva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de regozijo, ao Jornal "O Paraná", do município de Cascavel, pela passagem do 10º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando dispensa de votação em Redação Final, para o Projeto de Resolução n.14/86, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Resolução n.23/86, que visa dar nova redação ao art.1º e parágrafos da Resolução n.161/85. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Correio de Notícias", pela passagem do 2º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações, à Federação das Congregações Marianas, da Diocese do município de Londrina, pela celebração do Dia Nacional do Congresso Mariano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando votos de congratulações, ao Colégio Mãe de Deus, do município de Londrina, pela passagem dos 50 anos de atividades. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando votos de congratulações, à Federação dos Congregados Marianos, da Diocese de Curitiba, pela celebração do Dia Nacional do Congregado Mariano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando votos de congratulações, à Sociedade Rural do Paraná, pela sua oportuna luta em defesa dos agricultores paranaenses. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando votos de congratulações, ao Doutor Miguel Patinô Cruzatti, pela realização do 1.º Encontro de Conselhos Comunitários de Saúde, realização do 1.º Encontro de Conselhos Comunitários de Saúde, realizado no município de Marechal Cândido Rondon. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação de uma escola de 1.º Grau, no Jardim Primavera, no município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo auxílio às escolas pertencentes à rede municipal de ensino, do município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de uma mesa apropriada para a realização de exame ginecológico no centro de saúde do município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a ampliação das instalações da Escola Estadual Dom Pedro II - Ensino de 1.º Grau, no Município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto telefônico, na localidade de Pensamento, município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, viabilizando a construção de uma cancha polivalente, nas proximidades da Escola Rural Santo Inácio, na localidade de Santo Inácio, município de Ubatã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a construção de duas salas de aula, na Escola Estadual Rural Santo Inácio, localizada na colônia Santo Inácio, no município de Ubatã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone público "orelhão", na Vila Arco, município de Ubatã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo cópia do Processo 18/85, referente ao Colégio Estadual Rio Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando a transcrição nos anais desta Casa, do editorial do jornalista Roberto Barrozo Filho, publicado na edição do dia 16 de maio do corrente ano, no Jornal do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de telex, ao Senhor Ministro da Justiça, encarecendo medidas urgentes e enérgicas, na elucidação do comentado escândalo dos dólares, envolvendo o Banco do Brasil em importação fria de gado boliviano. Aprovado. À Diretoria

Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, contante do expediente, solicitando a nomeação de uma Comissão composta por 3 (três) Deputados, para acompanhar a reunião que ora se realiza na OCEPAR, com 160 entidades ligadas à agricultura, discutindo as últimas medidas CMN. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Indicados os Senhores Deputados: Mário Pereira, Caíto Quintana e Basílio Zanusso.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, encarecendo anistia total dos débitos das Prefeituras Municipais para com a Previdência Social e que as Prefeituras Municipais sejam isentas do recolhimento do IAPAS da contribuição patronal, mantendo-se as parcelas relativas ao recolhimento do funcionalismo municipal. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 03/86, 07/86, 09/86 e 17/86.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 08/86, 10/86, 25/86;  
e dos Projetos de Resolução n. 19/86, 20/86, 21/86 e 22/86.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NELSON BUFFARA, EM SESSÃO DO DIA 20 DE MAIO DE 1986.

#### "UMA NOBRE ESCOLHA"

Roberto Barrozo Filho  
"Jornal do Estado"

O Governador João Elísio, ao assumir o Governo do Estado convidou, para exercer as funções de Secretário particular, o Doutor João Ferraz de Campos.

Gesto nobre de filho que publicamente demonstra a identidade de sentimentos e de formação filiais, exterioriza, sobretudo, a ética de comportamento que o Governador pretende manter na elevada investidura, com a presença próxima, diuturna, permanente e aconselhadora, do seu ilustre e estimado pai.

A escolha, porém, não tem conteúdo unicamente afetivo.

O Doutor João Ferraz de Campos é per-

Curitiba, terça, em 20.05.86.

sonalidade proeminente na vida social, cultural e empresarial do Paraná.

Formado em Direito pela nossa Universidade, passou a exercer em 1941 e 1942 a Promotoria Pública da Comarca de Paranaguá, e ali radicou-se, recebendo o mandato de Vereador e, por dois períodos legislativos, a Presidência da Câmara de Vereadores daquela cidade, que lhe proporcionou, pelos serviços prestados, o título de Cidadão Honorário.

Em Paranaguá, a cidade que elegeu e onde constituiu família, casou-se com D. Edy Pereira Ferraz de Campos, de tradicional família paranaense, de cujo casamento teve três filhos, entre eles o atual Governador João Elísio.

Integrado nos interesses da nossa terra, recebeu do Presidente da República a nomeação para representar Paranaguá na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e, por designação do Ministro da Fazenda, representou o Paraná na Junta Consultiva do IBC. Assumiu, igualmente, no período de 1950 a 1956, as funções de Presidente do Centro de Comércio de Café de Paranaguá.

Participou, ainda, do Conselho Consultivo da "Café do Paraná", do Conselho Fiscal do Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), da Junta Administrativa do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento Econômico do Extremo Sul) e do Conselho Municipal de Transporte Coletivo de Curitiba, cargo no qual permaneceu por cerca de dez anos.

Exerceu a Presidência da Junta Comercial do Paraná no período de 1978 a 1981, e a Vice-Presidência da Associação Comercial do Paraná, permanecendo como membro do seu Conselho Superior.

A sua atuação filantrópica fê-lo Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá e membro do Conselho Consultivo do Instituto de Cegos de Curitiba.

É sócio honorário do Centro de Comércio de Café do Rio de Janeiro e recebeu do Centro de Paranaguá, no próximo dia 23, igual distinção.

João Ferraz de Campos, como jovem advogado, serviu o foro, e como cidadão prestante, admirado e querido, recebeu do povo de Paranaguá a investidura de representante no seu Legislativo.

E na Capital do Estado, para onde se transferiu, continuou a atuar como homem público, como empresário consciente das responsabilidades sociais das classes conservadoras, sobressaindo-se nas atividades ligadas ao comércio e à exportação do nosso principal produto, o café.

Diretor das firmas Bley Canet S.A., Exportação Canet, Cia. de Armazéns Gerais do Paraná, Cia. Horizonte de Armazéns Gerais e membro do Conselho Consultivo do

Banco Bamerindus do Brasil S.A.

A larga folha de serviços que representa a participação mais ativa na economia do nosso Estado, faz de João Ferraz de Campos o homem experiente, equilibrado, conhecedor dos problemas do desenvolvimento e do progresso do Paraná.

Esta experiência no trato empresarial, este conhecimento do mecanismo do nosso comércio e da política adotada pelo país nos setores de produção e principalmente de exportação, torna João Ferraz de Campos o Consultor austero, autêntico e objetivo, do nosso atual Governador.

A atividade privada deu-lhe o senso da prudência, a sensibilidade prévia das consequências das suas deliberações, fazendo com que os seus conselhos projetem as repercussões dos atos a serem praticados ou a serem evitados.

João Elísio tem, ao seu lado, o homem da sua confiança. Que é o seu pai, o seu amigo, o seu guia, porque, acima de tudo, ele quer ver a ascensão cada vez maior do seu filho, mas desfrutando do respeito, da admiração e do aplauso do povo paranaense.

Uma nobre escolha - mas também uma lúcida nomeação.